

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243
5517844

Telephone : 5517700 Fax :

Website: www.africa-union.org

AU/TD/AID.CN

DOCUMENTO SÍNTESE

20º DIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE ÁFRICA

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL: AGRO-INDÚSTRIA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR EM ÁFRICA

20 de Novembro de 2014
Adis Abeba

Antecedentes

A transformação das economias africanas para criar um crescimento compartilhado, empregos dignos e oportunidades económicas para todos é parte das prioridades da nova visão do continente proclamada pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana na sua Declaração Solene do 50º Aniversário em 2013: a Agenda 2063, que é “uma estratégia global para otimizar a utilização dos recursos de África para os benefícios de todos os africanos”. Define “A África que Queremos”, visualizando “uma África Integrada, Próspera e Pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos e que represente uma força dinâmica na arena global”. A industrialização foi identificada como um dos pilares fundamentais que irá impulsionar a transformação estrutural social e económica nos próximos 50 anos.

Além disso, a Posição Comum Africana (PCA) sobre a Agenda Pós-2015, que foi adoptada pelos Chefes de Estado em Janeiro de 2014, reitera que “o processo Pós-2015 deve galvanizar a vontade política e o compromisso internacional para uma agenda de desenvolvimento universal, com foco na erradicação da pobreza e da exclusão, bem como a busca de um desenvolvimento sustentável e inclusivo”.

Para o alcance dessas visões e aspirações, os países africanos devem definir novas vias para o desenvolvimento económico. O PCA identifica componentes essenciais desse roteiro, incluindo: o desenvolvimento do espaço político e capacidades produtivas adequadas, especialmente através do desenvolvimento de infra-estruturas; desenvolvimento científico e tecnológico e transferência de inovação; agregação de valor aos produtos primários; e desenvolvimento da juventude e capacitação da mulher.

Nos últimos anos, as economias africanas têm demonstrado o seu potencial para o alcance de um crescimento excepcional. Em 2013, mais de 10 dos países africanos tiveram taxas de crescimento médio de 5 a 6% superior à média global. De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, “África é hoje o continente que mais cresce no mundo”¹. No entanto, uma parte significativa desse crescimento foi impulsionado pelos produtos de base e não criou os empregos necessários para a crescente população jovem.

Não é igualmente claro que esse crescimento tenha melhorado a qualidade de vida da população. Os países africanos continuam a ser os mais pobres do mundo. Segundo o Relatório Económico de África de 2013, “embora o crescimento de África tenha ultrapassado a média mundial na década de 2000, não se traduziu numa redução proporcional da pobreza.”

As indústrias africanas continuam a ser as menos competitivas e produtivas do mundo. O valor acrescentado da indústria transformadora (MVA), como

¹ [Revisão Anual da Eficácia do Desenvolvimento](#) do Banco Africano de Desenvolvimento para 2013 (The African Development Bank's [Annual Development Effectiveness Review 2013](#))

percentagem do PIB, a medida de contribuição do sector da indústria transformadora para o PIB, continua muito baixo em África, entre 12-14%. Em relação à percentagem do valor acrescentado da indústria transformadora mundial, África situa-se a 1,5 % comparado a 17,2% da Ásia Oriental, 5,8% da América Latina; 22,4% da América do Norte, 24,5% da Europa (Fonte: Estatísticas da ONUDI, 2013). Isso é problemático quando se considera que nenhum país ou região do mundo tem alcançado prosperidade e condições socioeconómicas decentes para os seus cidadãos, sem o desenvolvimento de um sector industrial forte.

Para superar os desafios da industrialização, a União Africana, a trabalhar em parceria com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), tem trabalhado numa série de iniciativas que poderão transformar África de um continente impulsionado pelos produtos de base para um continente impulsionado pela indústria, tecnologia, inovação e conhecimento.

Actuais Iniciativas Continentais de Desenvolvimento Industrial

Iniciativa da Capacidade Produtiva Africana

Em 2004, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram a Iniciativa da Capacidade Produtiva Africana (APCI) e o Mecanismo da Capacidade Produtiva Africana (APCF) como componentes da NEPAD de desenvolvimento industrial sustentável e instaram a Comissão da UA e o Secretariado da NEPAD, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, particularmente a ONUDI, a ajudar os Estados-membros na implementação da estratégia.

A visão da APCI é a de reforço da capacidade produtiva e das capacidades tecnológicas das economias africanas para que sejam capazes de produzir bens TRANSACCIONÁVEIS: A capacidade de

- a. Produzir bens que satisfaçam às actuais exigências de qualidade dos mercados;
- b. Melhorar a fim de satisfazer às exigências de futuros mercados;
- c. Capacidade determinada por recursos produtivos, competências empresariais, vínculos de mercado e produção, etc.

A abordagem da APCI tem como premissa:

- a. Edificação de uma visão comum africana de Capacidade Produtiva – *com base na abordagem regional integrada da cadeia de valor*;
- b. Destacar as prioridades sectoriais, como parte de segmentos específicos da cadeia de valor – *com base em vantagens comparativas e competitivas, economias de complementaridade e economias de escala*;

- c. Harmonizar as políticas/estratégias industriais a nível nacional/regional – *com base na cooperação/colaboração com o envolvimento das CER*; e
- d. Identificar os programas sub-regionais para a melhoria da capacidade produtiva – *apoiada por um instrumento financeiro (APCF)*.

Com a adopção da APCI e o seu APCF como Programa de Desenvolvimento Industrial de África da União Africana, a 16ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI XVI) formulou as seguintes declarações:

- a. Exortou à Comissão a incorporar a APCI e o APCF no seu programa de trabalho no quadro do **Comité Técnico Especializado**, conforme previsto no Artigo 14º do Acto Constitutivo;
- b. Solicitou à Comissão, ONUDI, CER e sector privado a implementarem a APCI e o APCF; e
- c. Solicitou ainda à Comissão da UA a apresentar periodicamente relatórios ao Conselho sobre os progressos realizados.

Desenvolvimento Industrial Acelerado de África – AIDA

Em 2009, o Conselho Executivo adoptou a Estratégia e Plano de Acção para a implementação do Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), que foi adoptado pela 17ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI 17). O AIDA foi desenvolvido pela CUA, em parceria com a ONUDI, após várias decisões, com a percepção de que há necessidade de um quadro sólido que trate de forma holística das questões e dos desafios da industrialização em África, e que, deste modo, estimule o crescimento industrial.

Com a aprovação da estratégia e plano de acção para a implementação do AIDA, o Conselho Executivo solicitou à Comissão, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e as Comunidades Económicas Regionais (CER), instituições e operadores do sector privado, parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas, a tomar as medidas necessárias para a implementação efectiva do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África e orientou a Comissão, em colaboração com a ONUDI, a submeter ao Conselho Executivo, a cada dois anos, relatórios de actividades sobre a implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África.

A 19ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI 19) que se reuniu em Argel, Argélia, em Março de 2011, aprovou três iniciativas sectoriais, nomeadamente: a Iniciativa Africana de Desenvolvimento do Agro-negócio e das Agro-indústrias (3ADI), a Visão Africana de Mineração (AMV), bem como o Plano de Actividades para o Plano de Acção de Produção Farmacêutica de África (PMPA), como os sectores prioritários para a implementação do AIDA.

Sobre a 3ADI

A Iniciativa Africana de Desenvolvimento do Agro-negócio e das Agro-indústrias (3ADI) foi lançada pela CUA e NEPAD durante a Conferência de Alto Nível sobre o Desenvolvimento do Agro-negócio e da Agro-indústria em África (HLCD -3A), que foi realizada em Março de 2010, em Abuja, Nigéria, como um Programa da União Africana a ser implementado em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) e Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), com uma visão para estimular o desenvolvimento de agro-indústrias e agro-negócios competitivos, sustentáveis e inclusivos em África, como a via para um maior crescimento económico e segurança alimentar no continente.

A 3ADI foi estabelecida para a implementação de três grandes mandatos políticos, apelando para o apoio ao desenvolvimento do agro-negócio e das agro-indústrias africanas para a segurança alimentar, comércio e em apoio à agenda de integração regional, nomeadamente:

1. A estratégia para a implementação do Plano de Acção da União Africana para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA), tal como adoptada durante a 18ª Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI), em Outubro de 2008;
2. A Declaração de Abuja (Assembly/AU/Decl) sobre o desenvolvimento do agro-negócio e da agro-indústria em África;
3. A Declaração da Cimeira da UA de Sirte sobre o Investimento na Agricultura para o Crescimento Económico e Segurança Alimentar (Assembly/AU/Decl.2(XIII)Rev.1), de Julho de 2009, que reconheceu explicitamente a necessidade de medidas e intervenções pró-activas para o aumento dos investimentos na agricultura, para o reforço da contribuição do sector para o alcance do crescimento económico acelerado de África.

Após o lançamento da 3ADI, foi elaborado um Programa-Quadro com um Mecanismo Financeiro integrado de apoio ao desenvolvimento do agro-negócio e da agro-indústria em África, através de uma série de consultas com peritos e organizações africanas. Juntos, o Programa-Quadro e o Mecanismo Financeiro constituíram a espinha dorsal da 3ADI quando foi aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana durante a Conferência de Alto Nível sobre o Desenvolvimento do Agro-negócio e da Agro-indústria em África (HLCD -3A).

Objectivos

O principal objectivo da 3ADI foi o de aumentar os fluxos de investimento do sector privado para o sector agrícola em África, através da mobilização de recursos para o desenvolvimento do agro-negócio e da agro-indústria a partir de sistemas financeiros nacionais, regionais e internacionais. Especificamente a iniciativa visa:

- a. alavancar a actual atenção à agricultura para o desenvolvimento em África de modo a acelerar o desenvolvimento dos sectores do agro-negócio e da agro-indústria que garantem o valor acrescentado aos produtos agrícolas de África, dando respostas às exigências do mercado interno e contribuindo para o comércio intra-africano;
- b. melhorar a governação do agro-negócio e da agro-indústria e apoiar um esforço bem coordenado dos países africanos, das Comunidades Económicas Regionais (CER), das pertinentes agências da ONU e outras agências internacionais e do sector privado, para a partilha de conhecimentos e harmonização dos programas de formas que capturem sinergias, evitem a fragmentação de esforços e melhorem os impactos do desenvolvimento;
- c. apoiar um programa de investimento que irá aumentar significativamente a proporção de produtos agrícolas em África, que sejam transformados em produtos de alto valor diferenciado, de tal forma que até 2020 mais de 50 por cento dos produtos alimentares de África vendidos nos mercados locais e nacionais estejam na forma processada e de tal forma que a proporção das exportações agrícolas de África que são transformadas em produtos finais de consumo mais do que dupliquem, satisfazendo integralmente as normas de segurança alimentar exigidas pelos consumidores do continente e do mercado global.

Sobre a implementação da 3ADI como parte da AIDA, a 19ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria solicitou à CUA a trabalhar com parceiros no sentido de:

- a. Incentivar a participação plena das Comunidades Económicas Regionais na implementação da 3ADI, tendo em conta os programas regionais de desenvolvimento da agro-indústria existentes;
- b. Estabelecer um Prémio Regional de Integração a nível da Comissão da União Africana, para reconhecer as principais empresas que estão activamente envolvidos na criação de cadeias de valor regionais e promoção da integração;
- c. Incentivar a criação de cadeias de valor regionais para os produtos estratégicos por meio de incentivos fiscais;

- d. Incentivar os bancos regionais na disponibilização de linhas de crédito e outras facilidades financeiras, tais como garantias, para financiar a criação de cadeias de valor regionais em sectores de importância estratégica para África; e
- e. Harmonizar as normas e padrões a nível sub-regional e, conseqüentemente, reforçar os sistemas de controlo, testagem e de certificação, entre outros.

Sobre a Visão Africana de Mineração:

A Visão Africana de Mineração foi adoptada pelos Chefes de Estado durante a Cimeira da UA de Fevereiro de 2009, na sequência da reunião dos Ministros Africanos responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, em Outubro de 2008. É a resposta da própria África de combate ao paradoxo da grande riqueza mineral existente lado a lado à pobreza generalizada.

Durante a 2ª Conferência da UA dos Ministros Africanos responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, de Dezembro de 2011, foi acordado um Plano de Acção concreto. Este prevê o roteiro de implementação da Visão Africana de Mineração no futuro. No âmbito do Plano de Acção, os pilares da Visão serão implementados através de nove grupos de programas.

Sobre a implementação da Visão Africana de Mineração (AMV), como parte da AIDA, a Conferência aprovou, entre outras, as seguintes recomendações:

- a. Os Estados-membros devem harmonizar a promoção da agregação de valor na indústria de minerais à estratégia global de industrialização. Nesse sentido, devem ser desenvolvidos e implementados projectos concretos direccionados a minerais específicos. A nível continental, a Visão Africana de Mineração deve ser descompactada numa estratégia coerente de agregação de valor e industrialização, em harmonia com a estratégia de industrialização de África;
- b. Os Estados-membros devem impor um imposto de renda de recurso e utilizar as receitas adicionais para investir na pesquisa e desenvolvimento, inovação, desenvolvimento de infra-estruturas e de recursos humanos, como parte das estratégias de agregação de valor no sector de minerais, no âmbito de uma estratégia global de industrialização;
- c. A UA deve liderar o desenvolvimento de quadros para ajudar os Estados-membros na renegociação e negociação de contratos de mineração, de modo a garantir que os requisitos de agregação de valor sejam incorporados. E que
- d. Deve ser acelerado o trabalho já em curso no âmbito da operacionalização da Visão Africana de Mineração;

Sobre o PMPA

A 19ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-19) deliberou sobre o potencial papel do sector farmacêutico no desenvolvimento industrial global do continente e recomendou a integração do Plano de Produção Farmacêutica de África nos programas de acção da AIDA e comprometeu-se a apoiar a sua implementação. Os Ministros fizeram, entre outras, as seguintes observações específicas:

- i) Incluir de forma explícita a indústria farmacêutica como um sector prioritário na estratégia de implementação da AIDA;
- ii) Apoiar a revisão do Plano da UA de Fabricação de Produtos Farmacêuticos de África (PMPA), à luz das medidas tomadas e conhecimentos adquiridos a diferentes níveis nos últimos anos na promoção do sector no continente, em particular, as iniciativas perseguidas pela Agência da NEPAD e pelas CER, bem como garantir a incorporação de considerações de desenvolvimento industrial no plano de actividades previsto para a operacionalização, advocacia, mobilização de fundos e implementação do PMPA;
- iii) Apoiar o fortalecimento da estrutura de governação do PMPA de modo a cumprir com o seu mandato de forma eficaz e eficiente;
- iv) Em conjunto com os Ministérios da Saúde dos Estados-membros da UA, prestar liderança no desenvolvimento da indústria farmacêutica local, com vista a colmatar a incoerência observada, e, portanto, mobilizar sinergias, entre a saúde pública e os actores e perspectivas de desenvolvimento industrial;
- v) Fomentar a participação e coordenar os contributos de toda a comunidade de partes interessadas, especialmente do sector privado, na formulação e implementação de estratégias, políticas e programas de desenvolvimento da indústria farmacêutica, orientados para a promoção de uma indústria farmacêutica local comercialmente viável como fornecedor de medicamentos essenciais de qualidade e outros produtos de saúde;
- vi) Realizar, com o apoio dos parceiros relevantes, como a ONUDI, OMS, Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual (ARIPO), Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e Organização Africana de Propriedade Intelectual (OAPI), uma avaliação detalhada das iniciativas existentes sobre a produção farmacêutica local no continente, com vista a identificar, documentar e divulgar as boas práticas, planificar/apoiar e intensificar o desenvolvimento e implementação de estratégias/planos de actividades sub-regionais (CER) no âmbito do PMPA.

Na sequência da aprovação pela CAMI 19, em Setembro de 2011, foi estabelecida uma parceria entre a CUA e a ONUDI que culminou com o desenvolvimento do “Plano de Actividades do PMPA” – um documento que foi posteriormente aprovado pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Junho/Julho de 2012, como um pacote de soluções genéricas orientadas para fazer face aos desafios específicos enfrentados pela indústria farmacêutica em África.

Ciente da complexidade do sistema de produção farmacêutica, o pacote de soluções proposto pelo plano de actividades do PMPA visa proporcionar, através de uma abordagem multissetorial, pacotes de assistência técnica genéricos aos Estados-membros interessados e às Comunidades Económicas Regionais, nas seguintes áreas de grande importância para o sistema farmacêutico: Desenvolvimento de Recursos Humanos em todos os sectores, fortalecimento das infra-estruturas regulamentares, Boas Práticas de Fabricação (BPF), pré-qualificação da OMS, reforço dos sistemas de dados de mercado, pesquisa e desenvolvimento, inovação, financiamento, coerência política, criação de plataforma de vínculos de negócios, fortalecimento das associações comerciais como portal essencial para a disseminação de conhecimentos especializados para a indústria, entre outras.

Objectivo do Dia da Industrialização de África

O dia 20 de Novembro é a data proclamada pela 25ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização de Unidade Africana (OUA) como Dia da Industrialização de África. A 22 de Dezembro de 1989, essa data foi igualmente declarada como o Dia da Industrialização de África pela Assembleia-geral da ONU.

O objectivo desse dia é o de aumentar a consciencialização global sobre os desafios enfrentados pelo continente em matéria de industrialização e na mobilização dos líderes africanos e organizações internacionais para a defesa de uma industrialização acelerada em África.

O tema da 20ª Edição está em consonância com o “2014 Ano da Agricultura e Segurança Alimentar em África” declarado pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e com a nova visão da ONUDI de Desenvolvimento Económico constante na Declaração de Lima adoptada em Dezembro de 2013, que é o “desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo (ISID).”

A celebração deste ano será observada em duas partes. A primeira parte será uma Conferência de Desenvolvimento Industrial China–África, a 18-19 de Novembro de 2014 (consultar o programa em separado). A segunda parte será a Sessão de Alto Nível sobre o 20 de Novembro.

Objectivo Geral

O evento proposto irá reflectir sobre os progressos realizados e partilhar as melhores práticas e lições aprendidas até agora *vis à vis* as decisões e recomendações, conforme detalhado anteriormente, consolidar todos os resultados e discutir como superar os desafios enfrentados pelos governos africanos na busca da industrialização, e à luz das novas visões da Agenda 2063, da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e do Desenvolvimento Industrial e Sustentável da UNIDO, com destaque nos esforços para o alcance da segurança alimentar por meio de agregação de valor.

Objectivos Específicos

1. Avaliar os progressos, conquistas e desafios na promoção da Agro-indústria como uma estratégia para o aumento da segurança alimentar nos países africanos;
2. Tirar lições relevantes e destacar as melhores práticas dos países africanos que têm demonstrado um compromisso na promoção do desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo nos últimos anos;
3. Identificar estratégias nacionais e regionais concretas para o desenvolvimento inclusivo do mercado através de uma parceria público-privada;
4. Aproveitar a oportunidade para criar e renovar parcerias entre as partes interessadas, governos e parceiros.

Possíveis questões orientadoras

A reunião deverá debater e dar resposta às seguintes questões:

1. Qual têm sido os progressos alcançados pelos governos africanos no desenvolvimento de políticas industriais que visam a promoção do desenvolvimento industrial sustentável e inclusivo através da agro-indústria e da segurança alimentar nestes últimos anos?
2. Caso a transformação de África seja modelada na industrialização com base nos produtos de base através da agro-indústria, agro-negócio e desenvolvimento de cadeias de valor regional integradas, quais devem ser os passos a nível nacional e regional?
3. Como as prioridades dos parceiros são harmonizadas à agenda continental de desenvolvimento da agro-indústria para a segurança alimentar?

4. Que tipo de parceria público-privada deve ser criada para promover Modelos de Negócios que sejam inclusivos para os Pequenos Agricultores, Mulher e Juventude?

Resultados Previstos

- a. Um relatório de síntese sobre as lições aprendidas com recomendações accionáveis;
- b. Identificação das áreas principais em que os parceiros podem melhorar a sua colaboração com a CUA na implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África “AIDA”.

Via a Seguir

A industrialização é uma estratégia eficaz de redução da pobreza. A CUA, em parceria com os Parceiros, CER e outras partes interessadas deve prosseguir os seus esforços com o objectivo de priorizar a indústria na estratégia de desenvolvimento para apoiar a Agenda Pós-2015, bem como a Agenda 2063 da UA.

Organizadores:

A sessão de alto nível será organizada pelo Departamento de Comércio e Indústria da CUA, em parceria com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e outros membros do Grupo de Indústria, Comércio e Acesso ao Mercado (ITMA) do Mecanismo de Coordenação Regional UA-ONU.

Formato

Moderado pelo Departamento de Comércio e Indústria da CUA, o 20º Dia da Industrialização de África será estruturado em três sessões: um segmento de abertura, uma sessão de discussão temática interactiva de alto nível, e uma breve sessão de encerramento.

O segmento de abertura incluirá a abertura e observações introdutórias dos co-organizadores, incluindo os discursos de abertura do Representante da União Africana e do Director do Escritório Regional da ONUDI e dos discursos de boas-vindas do Comissário da UA de Comércio e Indústria e da Presidência da Cerimónia.

Uma sessão de discussão temática interactiva moderada pelo Ministério da Indústria e Desenvolvimento Empresarial do Quênia seguir-se-á com a participação de peritos da ONUDI, UNECA, UE, FAO, ONU-Mulheres, Sector Privado (PANAAC, PAQI) e ONG internacionais (OXFAM, ECDPM), respectivamente. A sessão de encerramento será feita pelo Comissário da UA de Comércio e Indústria (Presidente?).

Participantes

Deverão participar na reunião Estados-membros da UA, Comunidades Económicas Regionais, NPCA, BAD, PACCI, ABR, Parceiros Económicos de África e Actores de Organizações Internacionais, incluindo a ONU-Mulheres, ECDPM, UE, China, Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos da América, Reino Unido, ONUDI, UNECA, FAO, PAM, Sector Privado das Nações Unidas e ONG.

Data e Local

A segunda parte da celebração do 20º Dia da Industrialização de África terá lugar no dia 20 de Novembro de 2014, na Sede da Comissão da União Africana em Adis Abeba (Novo Edifício – Sala de Conferências Média).

Contactos: para qualquer informação sobre o 20º Dia da Industrialização de África, por favor escreva para BambaSa@africa-union.org com cópia para HusseinH@africa-union.org.